

A Mediação do Psicopedagogo no processo de ensinagem da leitura e escrita da língua oral pela e para a pessoa surda numa perspectiva bilíngue

Gérison Kézio Fernandes Lopes¹, Marisa Pascarelli Agrello²

Resumo: *Minha experiência com a educação formal de surdos, área em que atuo como Professor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, levou-me a perceber a dificuldade que esses alunos enfrentam no que se refere à aprendizagem da língua oral, especificamente, nos atos de ler e escrever. Então, busquei aprimoramento no Curso de Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Através dos conhecimentos adquiridos na Disciplina "Dificuldades de Aprendizagem e Intervenção Psicopedagógica" encontrei subsídios teóricos em BEYER (2004), CARNIO, COUTO e LICHTIG (2000), FERNANDES (1999, 2000), GOLDFELD (2002), KOZLOWSKI (2000) e QUADROS (1997) que, associados a outros adquiridos por experiências e em fontes bibliográficas que possibilitaram a reflexão sobre a problemática do processo de aprendizagem da leitura e da escrita do surdo na língua oral. Partindo de estudos, de pesquisas e de minha vivência profissional é que venho elaborar esse trabalho na área de surdez. Essa problemática consiste na dificuldade da elaboração de um discurso escrito, pois, a forma como os surdos escrevem não está bem articulada de acordo com a estrutura gramatical da Língua oral. É de suma importância entender as especificidades do processo de aprendizagem da escrita da Língua Oral de nosso país, especialmente as dificuldades que marcam o processo de ensino da pessoa surda, visto que, este é um sujeito bilíngue, entendendo que este tem a língua de sinais como sua primeira língua, língua materna, para assim pensar soluções e propor alternativas que melhorem a prática pedagógica, favorecendo um aprendizado efetivo para que o surdo possa aprender os demais conteúdos acadêmicos que chegam para eles através da escrita da língua oral, sua segunda língua, proporcionando desse modo um desempenho de leitura e escrita compatível a sua escolaridade evidenciados.*

Palavra-chave: *Leitura e escrita da pessoa surda. Educação bilíngue para surdos.*

1- Introdução

Devido às dificuldades acarretadas pelas questões de linguagem, observa-se que as crianças surdas encontram-se com dificuldades no que diz respeito à leitura e a escrita, sem o adequado desenvolvimento e com um conhecimento aquém do esperado para sua idade. Isso advém da necessidade de elaboração de propostas educacionais que atendam às necessidades dos sujeitos surdos, favorecendo o desenvolvimento efetivo de suas capacidades.

A Educação Bilíngue para Surdos percebe as línguas de sinais como línguas naturais das Comunidades Surdas, esta Filosofia Educacional traz a proposta de que esses alunos

¹ KEZIO, Gérison Fernandes Lopes. Brasil. gerison.kezio@ufma.br Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (UECE), Bacharel em Letras Libras (UFSC/UFC), Licenciado em Pedagogia (UVA). Atua como Professor de LIBRAS da Universidade Federal do Maranhão – UFMA – Campus Bacabal.

² AGRELLO, Marisa Pascarelli. Brasil. marisagrello@gmail.com Orientadora. Doutora em Ciências da Educação na Universidade de Trás - os - Montes - Alto – Douro. Pedagoga, Psicopedagoga, Psicomotricista, Especialista em EaD e Mestre em Educação.

Surdos devem ser ensinados através de sua língua materna e que estas seriam a base para o aprendizado da língua oral de seu país.

O Bilinguismo defende que ambas as línguas, (a língua de sinais e a língua oral), sejam consideradas para os surdos diglossicamente, sem que uma prejudique a outra, tendo como objetivo principal do enfoque bilíngue, que o surdo saiba comunicar-se pelas duas línguas. Acredita-se que por intermédio da língua maternado surdo (língua de sinais), este pode desenvolver-se linguisticamente e cognitivamente sem enfrentar tantas dificuldades. Essa abordagem é de postura política, cultural, social, e educacional, não se resumindo apenas à aquisição de duas línguas.

A proposta Bilíngue para Surdos é definida como uma oposição às práticas características da educação e da escolarização dos surdos nas últimas décadas. Todos que compõe o estabelecimento de ensino necessitam preparar-se melhor para atender esses alunos. Esses profissionais devem utilizar de língua de sinais para que o aluno possa melhor aprender, percebendo que essa língua é uma língua visual podendo o aluno desenvolver através do ver, tocar, descobrir o mundo a sua volta, trazendo o meio social em que ele está inserido para as práticas de ensino.

A proposta bilíngue concebe o seu desenvolvimento baseando-se em técnicas de ensino de segunda língua, ou seja, o ensino da língua oral deverá ser ministrado enfatizando a escrita, considerando que o canal de aprendizagem do aluno surdo é o visual podendo este ter acesso ao processo de aprendizagem, do desenvolvimento linguístico e cognitivo. Essa técnica parte das habilidades interativas e cognitivas já adquiridas pela criança ao longo de suas experiências naturais com a língua de sinais. Essa é considerada como primeira língua. A língua de seu país será considerada como segunda língua.

Como um estabelecimento de ensino a escola deve estar preparada para atender os alunos surdos, disponibilizando de professores, administradores e profissionais preparados e capacitados para adequar-se a essa realidade mostrando-se coerente ante a família do aluno e o próprio aluno.

A escola tem que estar preparada para o repasse de conteúdos para o aluno surdo incentivando os familiares a participarem, da vida escolar de seus filhos, a se engajar também nesse processo de ensino como aprender LIBRAS, (no caso de pais ouvintes não conhecedores de Língua de Sinais) e conhecer mais da Cultura Surda para haver uma melhor interação na comunicação familiar, como também um melhor incentivo, estímulo e um real apoio por parte da família para com esses alunos.

2- O surdo como sujeito bilíngue

É necessário que os profissionais percebam a importância da Língua de Sinais para o desenvolvimento do Surdo. Pois, essa é a única língua que pode ser adquirida de forma espontânea através das relações sociais e diálogos do cotidiano. O Bilinguismo é simples e eficaz, pois o surdo adquire a Língua de Sinais na mesma rapidez que ouvinte adquire a língua oral. Goldfeld, (2002, p. 108), afirma:

(...) o bilinguismo tem com origem a insatisfação dos surdos com proibição da língua de sinais e a mobilização de diversas comunidades em prol do uso dessa língua, aliado aos estudos linguísticos e comprovando o status das línguas de sinais enquanto verdadeiramente uma língua.

Goldfeld, (2002, p.160), diz: *"É preciso que a família da criança surda tenha consciência da necessidade de estimular essa criança. As informações que naturalmente a criança ouvinte recebe devem ser dadas também à criança surda"*.

A língua de sinais atua no processo de emancipação, transformação e construção social da escola, sendo um eixo central da relação pedagógica afirmando as pessoas surdas como indivíduos participantes da comunidade humana, permitindo a eles partilhar, ampliar o conhecimento socialmente construindo e exercer a sua cidadania. A língua de sinais pode colaborar na comunidade escolar e na comunidade social para que elas se modifiquem e se abram para o surdo.

A escola tem um papel importante para um aluno surdo e seus familiares, o de propagar que uma pessoa surda não tem um mundo de tragédias pela frente, pelo fato deste não se comunicar como a pessoa ouvinte, mas sim um mundo de possibilidades, pois estão à frente de uma forma diferente de comunicação que envolve uma cultura e uma língua visual espacial.

Nessa proposta de Ensino a língua oral deve ser baseada em técnicas de aprendizagem de segunda língua enfatizando a leitura e a escrita como modalidades de acesso a língua majoritária (em oposição ao acesso através da metodologia oral da língua). Quadros, (1997, p. 32 - 33), diz:

A língua portuguesa deverá ser ensinada em momentos específicos das aulas e os alunos deverão saber que estão trabalhando com o objetivo de desenvolver tal língua. Em sala de aula o ideal é que sejam trabalhadas a leitura e a escrita da língua portuguesa.

É uma grande realidade, os obstáculos para o ensino da língua escrita e a questão do desenvolvimento psicossocial da criança surda, essas dificuldades podem gerar consequências negativas que poderão ser irreversíveis no desenvolvimento, se não for oferecido o adequado acesso à aquisição de uma língua de forma natural. Cárnio, Couto, Lichtig, (2000, p.47), diz:

A ausência de qualquer modalidade de linguagem interfere de modo significativo no desenvolvimento do indivíduo, podendo provocar modificações comportamentais com consequências sérias em relação à formação de identidade do surdo... Com referência aos surdos filhos de pais ouvintes, existe uma situação de comunicação muito difícil. Em geral, há defasagem e falta de motivação da criança surda para se comunicar, causando uma situação de frustração, prejudicando e interferindo no desenvolvimento de sua linguagem.

Para que o aluno possa desenvolver a linguagem e o seu pensamento a escola deve proporcionar a ele um ambiente propício que o levará ao ensino da segunda língua, esse ensino deve ser específico, sempre mostrando ao aluno o que está sendo trabalhado e sua finalidade, tendo como objetivo principal desenvolver a língua oral. É a língua de sinais a língua capaz de fazer com que o surdo possa perceber um mundo repleto de aprendizagens que por ele pode ser conquistado. Cárnio, Couto, Lichtig, (2000, p.51), diz:

Por meio da interação adulto / criança ou criança / criança, o sujeito reage, constrói e organiza seu conhecimento. Ao transmitir seus conhecimentos para as crianças, o adulto acaba por interferir no desenvolvimento da cognição e propicia o desenvolvimento linguístico da mesma. Na situação de interação com o outro, a

linguagem é construída em conjunto, e, por intermédio de alguns processos dialógicos, a criança se torna um ser na linguagem.

Língua de Sinais é a única língua na qual um surdo tem condições para poder aprender e garantir um desenvolvimento sem atraso, sobre isso Kozlowski, (2000, p. 95), afirma: *"a língua de sinais é, portanto, indispensável à total apropriação da linguagem pela criança surda. Este é o princípio de base do bilinguismo"*.

Kozlowski, (2000, p. 96), ressalta, ainda: *"Somente a língua de sinais permite que seja estabelecida, para criança surda, as condições naturais de apropriação da linguagem e deve, portanto ser a linguagem materna de todos os indivíduos surdos"*.

3- Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: Um olhar Psicopedagógico

A visão sócio-interacionista considera que a aprendizagem está associada ao lugar social que o sujeito ocupa, sendo que as regras sociais e o papel específico do sujeito dentro da sociedade determinam a aprendizagem e consequentemente o seu desenvolvimento. Nessa visão, o homem constitui-se como tal através de suas interações sociais, portanto, é visto como transformador, podendo ser transformado nas relações produzidas em uma cultura. Ao interagir com esses conhecimentos o ser humano se transforma, aprende a ler e a escrever, obtendo domínio das formas complexas e construindo significados.

A aprendizagem não limita apenas ao aprendizado escolar, o surdo desde o nascimento está em constante processo de aprendizado e desenvolvimento. Na prática deve ser discutido e proporcionado ao desenvolvimento da escrita e leitura uma interação social por meio do acesso educacional. A proposta sócio-interacionista diferencia da abordagem tradicional que por sua vez é considerado como causador de muitos fracassos escolares de alunos surdos. Fernandes, (1999, p.77), afirma:

Através das metodologias do ensino de Língua Portuguesa adotadas tradicionalmente, negou-se aos surdos o acesso a práticas linguísticas significativas que o auxiliassem a perceber o sentido na aprendizagem de uma segunda língua. Como consequência, as respostas para o fracasso apresentado não foram buscadas nas estratégias inadequadas destinadas ao aprendizado da língua, mas foram justificados como inerentes à condição da "deficiência auditiva" e não como possibilidade diferenciada de construção gerada por uma forma de organização linguístico cognitiva diversa.

A dinâmica trabalhada para o aluno aprender com eficiência a leitura e a escrita é um dos principais recursos que a escola e o professor precisam dispor para combater essa massificação resultante de metodologias inadequadas. A leitura e a escrita tem que está relacionada de forma íntima com o sucesso acadêmico do aprendente, possibilitando a ele a aquisição de diferentes pontos de vista, como o aumento e a troca de experiências através daqueles que já possuem um saber mais elevado, facilitando então, o surgimento de reflexões e posições colocando as novas ideias como instrumento de participação, renovações culturais e geradoras de novas práticas de vida.

Considerado como um processo cognitivo a construção do desenvolvimento da leitura e da escrita pode ser efetivada através de estímulos, influências do meio e de modelos sociais a fim de explorar melhor o aprendizado dessas duas modalidades da língua oral. O aprendizado ocorre a partir dos desafios e situações problemas propostos, podendo o aprendente ser agente estimulador e investigador. Ressalta Goldfeld, (2002, p.74):

A aprendizagem que se inicia pelas relações interpessoais, necessita, na maioria das vezes, da linguagem. O atraso na linguagem, obviamente, causa atraso na aprendizagem e conseqüentemente no desenvolvimento, já que é a aprendizagem que o impulsiona.

Conhecer as mais variadas funções de textos ajuda o aluno no dia a dia, facilita sua vivência em diversas situações, proporcionando conhecimento do mundo em que está inserido, sabendo reconhecer e solucionar aspectos que enfrentará no cotidiano. A escola fazendo com que os momentos em sala de aula proporcionem situações reais, lendo de verdade textos reais, tornará a vida na escola mais útil à vida do aluno fora da escola. A compreensão das relações simbólicas da leitura e da escrita é equivalente ao percurso da humanidade, do início da existência, ou seja, da própria história do homem.

A escola deve ser capaz de desenvolver nos alunos capacidades intelectuais que lhes permitam assimilar os conhecimentos acumulados, não se restringindo só a transmissão de conteúdos, mas, ensinando o aluno a pensar. O ensino deve proporcionar um conhecimento elaborado, de modo que o aluno possa praticá-lo com total autonomia não só na sua permanência escolar, mas também ao longo de sua vida.

A qualidade do trabalho psicopedagógico está associada à capacidade de promoção de avanços no desenvolvimento do aluno, ou seja, o bom ensino é aquele que se adianta ao desenvolvimento. Se a escola desempenhar bem seu papel, partindo daquilo que a criança já sabe, se ela for capaz de ampliar e desafiar a construção de novos conhecimentos, ela estimulará processos internos que efetivarão a possibilidade de construir a base que possibilitarão novas aprendizagens.

4- A Psicopedagogia como Ferramenta Facilitadora da Aprendizagem

Em meados do século XX, na França os estudos em torno do processo de aprendizagem humana possibilitaram que surgisse a Psicopedagogia, uma área de conhecimento interdisciplinar que se preocupa em estudar o processo de aprendizagem em seus diferentes espaços, a partir das relações que o sujeito estabelece à sua volta, nas interações com os grupos, instituições e cultura.

Esse conhecimento interdisciplinar surgiu da necessidade de compreender os problemas de aprendizagem, estudar, compreender o indivíduo enquanto aprendiz. O psicopedagogo delimita o problema de aprendizagem, as procedências e busca a interação do sujeito no meio.

A Psicopedagogia aparece como uma área de estudo multidisciplinar, uma área de conhecimento e de atuação dirigida pelo e para o processo de aprendizagem humana atendendo alunos que não aprendem na escola e que são considerados portadores de déficits mentais, sensoriais ou neurológicos, com problemas de ordem perceptual, motora, linguística, afetiva ou intelectual.

Segundo Beyer (2004), a psicopedagogia nasceu da necessidade da compreensão do processo e desenvolvimento da aprendizagem humana e, conseqüentemente, de estar analisando, diagnosticando, orientando, prevenindo sobre fatores que podem interferir ou prejudicar o interesse e o prazer pelo processo de ensinar e de aprender. Esta reflexão permitiu com que as dúvidas saíssem do papel, transformando-se em uma pesquisa que buscou oportunizar a todos os sujeitos envolvidos na mesma, uma maior compreensão dos aspectos que envolvem a aprendizagem e suas especificidades.

Pensar no ensino como a Psicopedagogia significa analisar um processo que inclui questões metodológicas, relacionais e socioculturais, englobando o ponto de vista de quem ensina e de quem aprende, abrangendo a participação da família e da sociedade. Diante do baixo desempenho acadêmico, alunos são encaminhados pelas escolas, com o objetivo de elucidar a causa de suas dificuldades, a intervenção Psicopedagógica vem ocorrendo na assistência às pessoas que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Analisar a dificuldade de aprender inclui, necessariamente, o projeto pedagógico escolar, nas suas propostas de ensino, no que é valorizado como aprendizagem. A ampliação deste ponto de vista através do aluno permite ao psicopedagogo abrir espaços para que se disponibilizem recursos que façam frente aos desafios, ou seja, a busca da efetivação da aprendizagem.

O estudo psicopedagógico atinge plenamente seus objetivos quando, ampliando a compreensão sobre as características e necessidades de aprendizagem do aluno, abre espaço para que a escola viabilize recursos para atender as necessidades de aprendizagem. Desta forma, o fazer pedagógico se transforma, podendo se tornar uma ferramenta poderosa. A Psicopedagogia proporciona o encontro do investigar, do aprender com os alunos com a busca criativa que nos leva a soltar a inteligência, a tirar a criatividade do papel e desprender-se deixando solto o pensar, o conhecer e o crescer do ser humano.

5- O Psicopedagogo como Mediador da Aprendizagem

Na aprendizagem escolar, o aluno pode atrasar-se em qualquer etapa do seu desenvolvimento. Existem vários motivos que pode desencadear essa dificuldade sejam estes internos, advindos de aspectos cognitivos, afetivos, motores, ou externos, devido a uma mediação inadequada na relação professor, aluno e família.

A escola é local de inclusão, que recebe diversos alunos, um local propício não apenas a socialização, mas como também a alfabetização, assim como em todo e qualquer processo o aprendizado também tem suas dificuldades, a escola juntamente com seu grupo de educadores precisa estar preparada para enfrentá-los. Surge então, a necessidade de um grupo profissional que atenda e entenda o processo de aprendizagem do indivíduo, seja este surdo, que é o nosso caso, ou não.

Sabe-se que indivíduo começa seu processo de aprendizado logo nos primeiros instantes de vida, quando este aprende a mamar, andar, falar, pensar. A aprendizagem e a construção do conhecimento são processos naturais e espontâneos na espécie humana. Caso contrário, alguma coisa deve estar errada. A escola com seu grupo de profissionais precisam estar prontos a receber e a trabalhar com qualquer indivíduo. E quando a escola recebe alunos que possuem privação de uma língua?

A privação da língua na fase inicial do desenvolvimento do indivíduo pode interferir, dificultá-lo de alcançar a qualidade de desenvolvimento que seu cérebro está preparado para atingir. O aluno surdo muitas vezes é exposto tardiamente à sua língua materna e essa ação pode causar efeitos de atrasos cognitivos e da linguagem que vão além de uma simples dificuldade de comunicação. Sobre esse caso Fernandes (2000, p. 51) afirma:

(...) saber propiciar a aquisição da Língua de Sinais à criança surda, antes de tudo como respaldo e principal instrumento para o desenvolvimento dos processos cognitivos, é o primeiro grande e indispensável passo para a verdadeira educação deste indivíduo.

É importante que a escola possa trabalhar com um ambiente de colaboração baseado no enriquecimento e na socialização dos processos intelectuais e culturais. Com enfoque no processo de inclusão, a Psicopedagogia dedica-se a atender crianças, adolescentes, jovens e adultos com dificuldades de aprendizagem, voltada numa perspectiva de construção dos processos de análise, das dinâmicas familiares, escolares, institucionais e suas respectivas importâncias na formação do sujeito aprendente.

Sabemos que existe uma grande dificuldade em encontrar profissionais proficientes em língua de sinais para trabalhar o aluno surdo, se existe carência no quadro de professores dificilmente encontraremos um psicopedagogo, mas temos um profissional que faz o intermédio da comunicação nas duas línguas, tanto da língua de sinais para a língua oral quanto da língua oral para a língua de sinais, esse profissional é o Intérprete/Tradutor de Língua de Sinais. Esse profissional pode mediar a comunicação do professor/aluno e aluno/professor, assim como do psicopedagogo/aluno e aluno/psicopedagogo. É indispensável a presença deste profissional na escola.

A dificuldade na leitura e na escrita do aluno surdo é uma dificuldade tanto interna quanto externa. Externa, pois a maioria dos alunos surdos provém de uma família de pais ouvintes, essa família detecta a necessidade de uma comunicação especial tardiamente e, consequentemente, o põe na escola tardiamente causando um choque de informações.

Informações que é um sujeito com uma cultura e uma identidade própria, que possui uma língua natural e com essa poderá se comunicar com outros surdos e com ouvintes conhecedores dessa língua e que por ter uma comunicação diferente enfrentará diversas barreiras imposta na sociedade ouvinte.

Enfrentará, também, dificuldades no aprendizado da língua oral de seu país, pois essa deverá ser ensinada como segunda língua e não como primeira já que a sua primeira língua é a língua de sinais. Estará diante de uma educação em mudanças, uma educação em busca de profissionais qualificados para lhe atender e uma das primeiras barreiras que enfrentará é concernente a leitura e a escrita da língua oral de seu país, pois em suas primeiras tentativas poderão ocorrer “erros” e erros nem sempre são vistos como um passo para o acerto.

Não raramente, professores abordam alunos de forma negativa quando evidenciam de forma brusca os seus “erros” causando traumas, frustrações, impedindo-os de tentar novamente, pois é taxado como incompetente pelos profissionais ao ser derredor, e por si mesmos gerando, uma dificuldade interna, uma dificuldade consigo mesmo, ao achar que não podem, que não conseguirão.

Se o exercício de aprendizagem do sujeito é possibilitado pela motivação, em se tratando do erro muitas posturas podem ser observadas, tais como: quando há motivação, o sujeito se interessa pela resolução do problema, investe na regulação, procura superá-lo, este estágio é considerado ideal para a aprendizagem e o desenvolvimento; em outra situação, o sujeito percebe que não consegue resolver determinada questão, porque suas ideias são erradas ou mesmo porque tem lacunas no seu conhecimento, o que faz com que abandone a atividade, seus interesses são outros, é o que ocorre na maioria das vezes; noutra ocasião, o sujeito sabe que cometeu erro, mas de imediato, nega esses erros; há ainda o caso em que o sujeito sequer se dar conta de que errou, já que está tão convicto de suas ideias.

O medo da tentativa pode frustrar o aluno surdo e este se abdicará, quase sempre, em dizer que está com uma dúvida ou até mesmo em escrever um texto mesmo que seja pequeno, pois teme o professor dizer que está errado, teme que os demais alunos da escola em que está incluído saibam que não ler e nem escreve com proficiência.

O professor por não saber língua de sinais, nem sobre a Cultura Surda e não conhecer as dificuldades enfrentadas por aprendentes surdos, os rotulam de incapazes, consequentemente, aprendizes tomam para si, com maior ênfase, esse rótulo no qual eles mesmos se enxergarão desta forma. Esses problemas atingem diretamente seu emocional, acreditando que não aprendem, pois não sabem, mas não sabem eles que são igualmente inteligentes a todos os outros, que só dependem de uma iniciativa, de uma acolhida.

Os alunos surdos buscam uma educação sem rótulos e/ou estigmas. A comunidade surda luta por uma pedagogia surda que parte de um olhar diferente direcionado em uma filosofia educacional visando sua subjetividade, transformando, também, o currículo escolar introduzindo a Disciplina História dos Surdos, a Literatura Surda e outras.

Num contexto de mudanças, o aluno surdo necessita de um profissional que se adapte às suas necessidades educativas fazendo com que se relacione melhor com o aprendizado que, quase sempre, lhe é privado por essa educação que lhe é imposta. Um profissional que mostre ao sujeito surdo que o erro pode fazer parte do processo de aprendizagem, que não existe acerto sem tentativas e que essas tentativas podem levarão erro. Mas importa saber que buscar superar o erro leva ao acerto que leva a conquista.

Diante dessas dificuldades a pessoa surda não precisa apenas de mediadores usuários de línguas de sinais, como também de um profissional que compreenda seu problema e que possa atendê-lo de forma individual e de perto, buscando fazer com que enfrente suas barreiras na educação. Trabalhando o lado educacional e emocional do aluno, ele desenvolverá melhor suas tarefas e aprenderá a conviver e a superar seus obstáculos.

6- Considerações finais

Ultrapassar as barreiras do preconceito significa trabalhar com o potencial do indivíduo e, não questões adjacentes. Acreditar nas possibilidades do indivíduo é basear o seu trabalho no desenvolvimento real do potencial deste, extinguindo a ideia de que para a criança com necessidades especiais, a aprendizagem consiste somente em atividades de rotina como vestir-se, pentear-se ou amarrar um cadarço de sapato, a aprendizagem deve ir além.

A formação de educadores não pode mais focalizar apenas os professores de alunos “especiais” ou “normais”, pois este profissional precisa assumir a postura de conhecedor da diversidade de seus alunos, oferecendo oportunidades de construção do conhecimento, respeitando o ritmo de cada um, pois a aprendizagem ocorre para qualquer indivíduo.

Durante o percurso do processo de aprendizagem podem ocorrer dificuldades, pois o indivíduo pode apresentar um potencial inadequado para aquisição das habilidades propostas, então, é necessário considerar limites e possibilidades dos sujeitos atuantes neste processo, construindo a realidade, de acordo com suas opções e a criação do concreto, buscando a compreensão e o domínio das ferramentas oferecidas pelas diferentes áreas de conhecimento.

O professor deve garantir que as práticas escolares ajudem o aluno a refletir enquanto aprende e a descobrir os prazeres e ganhos que se pode experimentar quando a aprendizagem do sistema de escrita é vivenciado como um meio para, independentemente, exercer a leitura e a escrita dos cidadãos letrados, pois à medida que o professor desconhece o processo de aquisição que constitui a alfabetização e as características dos sujeitos que aprendem, o profissional torna o processo mais difícil do que deveria ser,

produzindo fracasso escolar desnecessário, transformando a experiência da alfabetização em uma experiência literalmente traumática.

É preciso que todos os envolvidos com o processo de aprendizagem analisem a situação, e não somente o aluno, que é uma das parcelas de um todo do conhecimento em construção, uma vez que, às vezes, pode ser apresentar mais fácil ou mais difícil para quem ensina ou aprende. Uma área de estudo diretamente relacionada à da aprendizagem escolar tanto no que tange a seu decurso normal quanto às dificuldades que possa apresentar é a Psicopedagogia.

A atuação psicopedagógica relaciona-se, portanto, com o problema escolar e de aprendizagem, interferindo de forma individual ou grupal, conforme se apresenta o problema. Refletir psicopedagogicamente sobre os problemas de aprendizagem consiste em procurar compreender a forma como o aluno ou os alunos estão utilizando os elementos do seu sistema cognitivo e emocional para aprender. Significa refletir, também, com as relações que se estabelecem entre aluno e conhecimento, as quais são interpostas pelo professor e pela escola.

O processo de aquisição da linguagem precede e excede os limites escolares. Por isso, o próprio aluno é o ponto de partida de toda aprendizagem. Este vive num mundo onde a escrita é fator presente nas ruas, permitindo que já se reflita sobre o processo. Enquanto a escrita é um sistema de representação da linguagem, a leitura é a interpretação.

A Psicopedagogia pode atuar junto à educação, facilitando o entendimento das dificuldades de aprendizagem, aqui em específico, as de leitura e de escrita, identificando-as, intervindo no processo de alfabetização, fornecendo mecanismos adequados para a solução dos problemas encontrados, isto é, funcionando como mediadora na relação dos sujeitos citados.

Referências bibliográficas

BEYER, Marlei Adriana. **Psicopedagogia: Ação e Parceria**. Artigo publicado no site da Associação Brasileira de Psicopedagogia. Acesso em 21/08/2004.

CARNIO, M. S.; COUTO, M.I. V.; LICHTIG, I. **Linguagem e Surdez**. In: LACERDA, C. B. F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. Fonoaudiologia: Surdez e Abordagem Bilíngüe. São Paulo: Plexus, 2000, 44 – 55.

FERNANDES, E. **O som, esse ilustre desconhecido**. In: SKLIAR, C. (Org). Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos. 2v.Porto Alegre: Mediação, 1999, 95-102.

_____. **Língua de sinais e desenvolvimento cognitivo de crianças surdas**. Espaço: Informativo técnico-ciêntífico do INES. Rio de Janeiro, Agir, 2000.

GOLDFELD, M. **A Criança Surda: linguagem e Cognição Numa Perspectiva Sociointeracionista**. 2 ed. São Paulo: Plexus, 2002.

KOSLOWSKI, L. **O Modelo Bilíngüe/Bicultural na Educação do Surdo**. In: Anais do Seminário: Surdez: Desafios Para o Próximo Milênio. Palestras. Rio de Janeiro: INES, 2000, 47 – 52.

_____. **A Educação Bilíngüe – Bicultural do Surdo**. In: LACERDA, C. B. F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. Fonoaudiologia: Surdez e Abordagem Bilíngüe. São Paulo: Plexus, 2000, 84 – 102.

QUADROS, R. M. **Aquisição da Linguagem por Crianças Surdas.** In RINALDI, G. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental. Língua Brasileira de Sinais. Educação Especial: Língua Brasileira de Sinais. V III, Fascículo 7, Série: Atualidades Pedagógicas, n 4. Brasília; MEC, SEESP, 1998, 63 – 80.